

AVANÇOS E RETROCESSOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE MATO GROSSO/BRASIL (2008/2017)

ADVANCES AND SETBACKS IN YOUTH AND ADULT EDUCATION POLICY IN THE STATE OF MATO GROSSO/BRAZIL (2008/2017)

Ivana Bogнар¹ e Márcia Santos Ferreira²

¹ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/SEDUC-MT, Brasil, ivanabogнар2015@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação/DTFE, Brasil, msf@ufmt.br

ARTICLE INFO

Article history:

Received 2018-07-20

Accepted 2019-06-17

Available online 2019-06-17

Palavras-chave: Política Educacional. Educação de Jovens e Adultos. CEJA. Mato Grosso. Brasil.

Keywords: Educational policy. Youth and adult education. Ceja. Mato Grosso. Brazil.

RESUMO. *O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão sobre os avanços e retrocessos da política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) implantada no estado de Mato Grosso (MT/Brasil), a partir de 2008, com a criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs). Documentos oficiais, pesquisas realizadas sobre os Centros, assim como informações sobre a experiência do Centro de Educação de Jovens e Adultos Cleonice Miranda da Silva, que funciona no município de Colíder/MT, foram empregadas para a elaboração de uma interpretação dos processos de criação e funcionamento da proposta pedagógica dos CEJAs em Mato Grosso. A investigação realizada evidenciou que, além da concentração destes espaços formativos em um número reduzido de municípios do estado, a proposta pedagógica original foi significativamente alterada já em seus primeiros anos de funcionamento. As informações coletadas apontam para a descontinuidade da política de formação empreendida pelos governos que se sucederam no período em estudo, que não assumiram os CEJAs como integrantes de uma política de Estado de caráter emancipatório, optando por políticas de governo marcadas pelo "aligeiramento" dos processos de escolarização destinado aos sujeitos jovens, adultos e idosos. Atualmente, o estado de Mato Grosso vive um momento de retrocesso em relação à política pública que originou os CEJAs, uma vez que os Centros que continuam em funcionamento tiveram sua proposta pedagógica alterada, com destaque às preocupações financeiras em detrimento da qualidade da Educação de Jovens e Adultos promovida pelo Estado.*

ABSTRACT. *The objective of this work is to conduct a discussion about the advances and setbacks of the public policy of Youth and Adult Education (EJA) implemented in the state of Mato Grosso (MT / Brazil), from 2008 on, with the establishment of Youth and Adult Education Centers (Cejas). Official documents, research carried out about the Centers, as well as information about the experience of Cleonice Miranda da Silva Youth and Adult Education Center, which operates in the municipality of Colíder / MT, were used to elaborate an interpretation of the creation and pedagogical proposal of Cejas in Mato Grosso. The research undertaken showed that, in addition to the concentration of these formative spaces in a reduced number of municipalities of the state, the original pedagogical proposal was significantly modified already in its first years of operation. The information collected points to the discontinuity of the training policy undertaken by the governments that succeeded in the period under study, which did not support the maintenance of a state policy of emancipatory character, replacing it with government policies marked by the "streamlining" of the schooling process for youngsters, adult and elderly subjects. Nowadays, the state of Mato Grosso is experiencing a moment of step backwards in relation to the public policy that originated the Cejas. On the other hand, the Centers that continue to operate had their pedagogical proposal changed, highlighting the financial concerns to the detriment of the quality of Youth and Adult Education promoted by the State.*

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão sobre a política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) implantada no estado de Mato Grosso, a partir de 2008, com a criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), considerando os avanços e retrocessos em relação ao atendimento dos sujeitos educandos da EJA.

Este trabalho tomou como ponto de partida algumas pesquisas realizadas em Mato Grosso que focalizaram a oferta da EJA (ARRUDA, 2017; BOFF, 2002; MOURA, 2016), e sobre a implantação dos CEJAs nesse estado (BIGNARDE, 2015; BOGNAR, 2017; MELLO 2013a, 2013b, 2014). O referencial teórico baseia-se em estudos sobre EJA no Brasil realizados por Freire (1987, 1996); Ireland, Machado e Paiva (2004); Fávero (2009); Di Pierro e Haddad (2015). Também foram consultados os documentos oficiais sobre o tema, elaborados pelas esferas nacional e estadual, além do Projeto Político Pedagógico e de informações sobre o Centro em funcionamento no município de Colider/MT.

A discussão do processo de implantação dos CEJAs em Mato Grosso focaliza a proposta curricular elaborada com o propósito de atender as necessidades de sujeitos educandos da EJA, sua implantação e modificações, ao longo do período de 2008 a 2017. A experiência do CEJA Cleonice Miranda da Silva, que foi criado em 2009 e se mantém em funcionamento no município de Colider/MT, foi tomada como um exemplo das ações decorrentes dessa política.

Os processos de idealização, implantação e transformação dos CEJAs em Mato Grosso indicam para especificidades da modalidade, que exigem a manutenção de compromissos político e pedagógico pelos sucessivos governos, gestores e educadores, de forma a contribuírem efetivamente para o processo de construção de uma política de Estado que sustente a educação inclusiva e de direito, que, de fato, proporcione condições à aprendizagem ao longo da vida.

2. Implantação dos CEJAs em Mato Grosso: uma proposta curricular específica para a Educação de Jovens e Adultos

Na década de 1980, as políticas públicas de educação de pessoas jovens e adultas em Mato Grosso ocorreram por meio da implantação dos NES (Núcleos de Estudos Supletivos) e NEPs (Núcleos de Educação Permanente), que tinham como objetivo oferecer escolarização, através do ensino supletivo, a jovens e adultos trabalhadores que não haviam tido oportunidades de frequentar a escola e concluir a escolarização básica.

Com a extinção dos NEPs e de suas várias formas de ofertas de cursos, através da Resolução 137/CEE/MT, de 1991, foi criado um único modelo de oferta de EJA, instituída pelas chamadas “Escolas de Suplência”, que reorganizaram a política de educação supletiva no estado de Mato Grosso, desconsiderando as experiências já realizadas. Portanto, a partir de 1991, as políticas públicas para a EJA foram desenvolvidas por meio de ensino de suplência de 1º e 2º graus, de caráter presencial, com matrícula semestral, ou seja, de forma similar à escola regular, com diferenciação apenas no tempo de duração dos cursos, visando o seu “aligeiramento”, com a possibilidade dos estudantes cursarem duas séries em apenas um ano.

Essa situação permaneceu sem maiores alterações até o início dos anos 2000, quando, em decorrência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), e do Parecer n. 11/2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, os estados foram obrigados a reformular suas legislações e formas de oferta da EJA. Em Mato Grosso, a Resolução 180, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em 2000, entrou em vigor em 2002, em um processo de extinção das Escolas de Suplência e aprovação do Programa de EJA, conforme Resolução nº 177/2002/CEE/MT, que estabeleceu as diretrizes e critérios de oferta da modalidade no estado.

Este programa é considerado o primeiro documento referente à EJA que estabeleceu normas e a conferiu amplos direitos aos estudantes da modalidade em Mato Grosso, ao ofertar a escolarização em três fases anuais que contemplavam o 1º segmento (séries iniciais do ensino fundamental), bem como estabeleciam o mesmo tempo de duração do curso para o 2º segmento (séries finais do ensino fundamental) e para o ensino médio. Dessa maneira, o Estado buscou assegurar o pleno exercício do direito à educação aos sujeitos jovens, adultos e idosos, com suas especificidades e, portanto, direito ao atendimento de suas necessidades de forma adequada. O programa compartilhava da ideia presente no Parecer n. 11/2000, do Conselho Nacional de Educação, ao afirmar que:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2000, p. 5).

Bignarde (2015) explica que o governo de Mato Grosso, mobilizado pela necessidade de reunir esforços para propor uma nova política de EJA, instituiu uma Comissão Interinstitucional (Portaria 393, de 22/10/2007) na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MT). Essa comissão passou a ser responsável pelo mapeamento da oferta da educação de jovens e adultos no estado, com o objetivo de obter informações para encaminhar o redimensionamento da modalidade nos municípios do estado, visando à

implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs). Essa iniciativa da SEDUC buscava elementos para superar os problemas cotidianos na EJA, como: evasão escolar; inadequação das práticas ao perfil dos educandos; e fragmentação dos currículos e seu caráter cientificista. A proposta focalizava a elaboração de uma organização curricular que potencializasse a seleção dos chamados “conteúdos significativos” (BIGNARDE, 2015, p. 134).

Os CEJAs entraram em funcionamento no estado de Mato Grosso em 2008, com a intenção de desenvolver uma proposta pedagógica diferenciada para essa modalidade de ensino da educação básica, que compreendesse a educação escolar e a educação continuada ao longo da vida, além de reconhecer as especificidades dos sujeitos da EJA, em diferentes tempos e espaços formativos. Conforme destacado nas Orientações Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso (OCs):

Os Centros de Educação de Jovens e Adultos nascem numa perspectiva dialógica, voltando-se para uma construção coletiva com os pares que fazem parte da luta por uma Modalidade EJA de qualidade. Nesse sentido, os diretores, coordenadores, educadores e funcionários dos CEJAs participaram desde o início e ainda do processo de elaboração da proposta. (MATO GROSSO, 2010, p. 214).

As OCs de Mato Grosso destacam que a proposta pedagógica dos CEJAs surgiu a partir do coletivo de profissionais que militavam na EJA, daqueles que trabalhavam com a modalidade e defendiam a garantia de sua qualidade, tendo em vista as especificidades dos educandos jovens e adultos. Em sua maioria, esses estudantes são trabalhadores que buscam a escola com interesse em um novo projeto de vida. Eles possuem, portanto, interesses, motivações e experiências diferenciadas e relevantes que precisam ser respeitadas no espaço escolar. Fávero (2009) destaca a importância dessa perspectiva participativa e dialógica na elaboração de propostas para a EJA ao afirmar que:

[...] a educação de jovens e adultos tem muito a aprender de sua interlocução e convivência com instâncias das organizações e movimentos populares e com os métodos desenvolvidos na educação popular [...]. A riqueza de saberes que pode advir desses encontros, por si só, justifica a importância de uma estratégia de parceria baseada na dialogicidade, que presume a compreensão de uma democracia plural que abraça as diferenças e respeita a diversidade. (FÁVERO, 2009, p. 91).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação de Jovens e Adultos foi reconhecida como modalidade da educação básica e deixou de ser compreendida como um favor, assistência ou auxílio. Nessa perspectiva, foram criados os CEJAs em Mato Grosso, como espaço de oferta de uma educação exclusiva e especialmente elaborada para jovens, adultos e idosos, em respeito a essas pessoas que não tiveram oportunidade de estudar e de fazer valer a sua escolaridade.

Mello (2013a), ao pesquisar o processo de implantação dos CEJAs em Mato Grosso, enfatiza a importância significativa da mobilização social e o papel desempenhado pelo Fórum de EJA de Mato Grosso:

O discernimento de que a EJA necessitava de um atendimento diferente das demais modalidades da Educação Básica nasceu de um projeto coletivo que contou com a contribuição de várias representações sociais para a elaboração de uma proposta pedagógica e de formas de ofertas julgadas adequadas. Aspecto reforçado por uma entrevistada ao afirmar que o Fórum da EJA de Mato Grosso teve grande contribuição neste processo. (MELLO, 2013a, p. 110).

O Fórum Permanente de Debates da EJA de Mato Grosso (FPDEJA/MT) foi instituído como espaço coletivo de luta por políticas públicas para a modalidade e atuou significativamente no processo de implantação dos CEJA como política de Estado, ao contribuir para a discussão de uma proposta curricular que atendesse à demanda de jovens adultos e idosos em seu processo de escolarização. Conforme Moura (2016), o Fórum de EJA de Mato Grosso foi criado em 2001, durante a realização do Seminário Estadual de EJA daquele ano, que tinha como objetivo o estudo, debate e aprovação do Programa de EJA para Mato Grosso. A partir de sua criação e a cada ano, o Fórum Mato-grossense de EJA realiza encontros estaduais que buscam o fortalecimento do movimento em defesa da modalidade. Nessa perspectiva, o autor destaca:

Ao se discutir o papel do Fórum e as intervenções nas políticas públicas é possível observar a intervenção do Fórum em Mato Grosso. O Fórum tem contribuído na busca de políticas públicas realizando encontros mensais, bimestrais, semestrais ou anuais com os profissionais que atuam na EJA, discutindo e aprofundando as seguintes temáticas: formação inicial e continuada; financiamento; programas e projetos federais, estaduais e municipais; as deliberações dos ENEJAs e EREJAs; a questão da evasão na Educação de Jovens e Adultos; a rotatividade dos professores; exame supletivo e a educação no sistema prisional. (MOURA, 2016, p. 95).

Um dos debates instalados nestes encontros do FPDEJA foi a criação dos CEJAs em Mato Grosso, como política de Estado para a modalidade. Este movimento contribuiu significativamente no debate e estudo da implantação e implementação desta proposta pedagógica.

Considerando os desafios para a Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso, principalmente quanto a sua oferta, o Decreto n. 1.123, de 28 de janeiro de 2008, autorizou a criação de Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) em 16 municípios pelo no estado. Entre os anos de 2008 e 2010, ao todo, foram criados 24 Centros. Depois disso, apenas em 2013 foi criado mais um CEJA no município de Diamantino. A capital do estado, Cuiabá, chegou a ter quatro Centros em funcionamento, mas dois deles foram desativados em 2015. Neste momento, permanecem funcionando 23 CEJAs em 22 municípios do estado de Mato Grosso, conforme informação presente nas Regras de Organização Pedagógica (ROP) do ano 2017, elaboradas pela SEDUC/MT.

Mello (2014) enfatiza o reduzido número de municípios atendidos pelos Centros, que, em 2011, estavam presentes em 17% dos 141 municípios mato-grossenses e, hoje, funcionam em apenas 15,6% dos municípios. Segundo a autora, os municípios atendidos foram selecionados por terem recebido anteriormente Núcleos de Educação Permanente (NEPs) e Escolas de Suplência, isto é, as formas de oferta que antecederam os CEJAs (MELLO, 2014, p. 97-8).

Esses Centros de EJA sinalizavam para a construção de um espaço alternativo de atendimento diferenciado e adequado aos sujeitos da EJA, garantindo a oferta em todos os turnos, manhã, tarde e noite, com propósito de reduzir a evasão escolar, respeitando os diferentes tempos e espaços de aprendizagem dos educandos e suas especificidades. Nessa perspectiva, as Orientações Curriculares para EJA no estado de Mato Grosso propunham que as unidades escolares focalizassem uma proposta pedagógica para a definição curricular da EJA em 4 eixos norteadores: 1) trabalho como princípio educativo, 2) a cidadania, 3) o direito de aprender ao longo da vida, e 4) a dialogicidade. A atenção ao trabalho coletivo e integrado também estava presente:

Os Centros têm como cunho pedagógico a coletividade. Destacam-se, então, os momentos desta construção: Elaboração de caminhos comuns do Projeto Político-Pedagógico, as Matrizes Curriculares, as atividades a serem desenvolvidas (plantões, aulas culturais e oficinas), o calendário escolar, a distribuição das atividades docentes, enfim, toda a proposta dos CEJAs deve ser construída gradativamente na coletividade, e com a participação efetiva de todos os outros Centros constituídos no Estado (MATO GROSSO, 2010, p. 214).

Com a implantação da proposta pedagógica nos CEJAs, surgiu uma outra perspectiva para a Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso, trazendo a possibilidade de conclusão dos estudos e oferecendo condições mais adequadas às exigências dos sujeitos da EJA, através das diversas formas de oferta. Uma de suas principais características era a atenção às necessidades reais de aprendizagem de cada educando, diante de seu projeto de vida, pois os sujeitos educandos da EJA buscam o conhecimento sistematizado na escola, diante das necessidades impostas a sua vida pessoal e profissional.

3. Oferta de ensino no CEJA Cleonice Miranda da Silva em Colider/MT: uma possibilidade de acesso ao direito à educação

No município de Colider, em Mato Grosso, a Escola Estadual Cleonice Miranda da Silva teve sua proposta curricular reformulada ao se transformar em Centro de EJA, em 2009. A tônica implantada, sob orientação da SEDUC/MT, era de superar a visão “compensatória e de aligeiramento” atribuída à EJA por várias décadas, para uma educação voltada à aprendizagem ao longo de toda a vida, constituindo-se em uma nova oferta curricular na modalidade, específica ao atendimento de sujeitos da EJA.

No espaço educativo da Escola Estadual Cleonice Miranda da Silva, que, desde 1988, ofertou exclusivamente esta modalidade de ensino, a educação de pessoas jovens e adultas passou por várias formas de oferta. Duas ofertas sob a forma de “ensino supletivo” antecederam a implantação do CEJA: o Núcleo de Educação Permanente (NEP), de 1988 a 1994; e a Escola Estadual de Suplência de primeiro e segundo graus, de 1994 a 2002. Com

a extinção do ensino supletivo, por meio da Resolução 180/2000/CEE/MT, que entrou em vigor somente em 2002, a escola passou a integrar o Programa de EJA, instalado em Mato Grosso como política pública de EJA, conforme Resolução nº 177/2002/CEE/MT. Neste período, os cursos de EJA habilitavam ao prosseguimento de estudos em caráter regular, em três fases anuais de 800 horas e 200 dias letivos, tanto para o ensino fundamental (1º e 2º segmento), quanto para o ensino médio, com objetivo de combater o “aligeiramento” dos estudos na EJA. Bognar (2017) esclarece que:

Após a publicação da Resolução nº 180/2000/CEE/MT, as escolas que ofertavam EJA deveriam cumprir as normas do Parecer 11/2000/CEB do Conselho Nacional de Educação, elaborado por Jamil Cury, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade. Surge neste momento um outro olhar para a EJA, em que se destaca as funções desta modalidade ao considerar a função qualificadora, equalizadora, e reparadora no atendimento dos sujeitos educandos, favorecendo a qualidade do ensino num tempo de estudo necessário à aprendizagem para pessoas que tiveram seu direito à escolarização negado em virtude das condições sociais, econômicas e políticas (BOGNAR, 2017, p. 115-6).

A partir de 2009, com a implantação da proposta curricular do Centro de Educação de Jovens e Adultos, a escola passou a se denominar CEJA Cleonice Miranda da Silva, conforme Decreto nº 1988/2009/SEDUC/MT. Por se tratar de uma experiência pedagógica até então não conhecida, os educadores do CEJA de Colider experimentaram vários momentos coletivos de formação e orientação, através de seminários e encontros de formação voltados à implantação da proposta pedagógica, conforme registra o Projeto Político Pedagógico do CEJA Cleonice Miranda da Silva (MATO GROSSO, 2009).

O CEJA de Colider iniciou seu atendimento com uma diversidade de formas de oferta: presencial, tanto por “Matrícula por Área de Conhecimento” quanto por “Matrícula por Disciplina” ou “Carga Horária Etapa”; Exame Supletivo *on-line*; e o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de EJA), sendo este último um programa do governo federal e não uma forma de oferta dos CEJAs.

Atualmente, apenas a Matrícula por Disciplina ou Carga Horária Etapa está sendo ofertada, com carga horária reduzida a cumprir pelo educando, indicando o retorno do predomínio do processo de “aligeiramento” da escolarização, e o Exame Supletivo *on-line*, que, em decorrência de seu formato de acesso informatizado, inviabiliza o acesso para muitos sujeitos que ainda não dominam a tecnologia exigida para sua utilização. Importa salientar que o acesso ao Exame Supletivo *on-line* se dá exclusivamente nos Centros de EJA, que funcionam em apenas 15,6% dos municípios do estado de Mato Grosso, fato que se impõe como mais um obstáculo ao acesso a esse serviço.

A oferta da EJA através da “Matrícula por Área de Conhecimento”, que caracterizava a proposta inicial dos CEJAs, pautava-se em um trabalho pedagógico articulado, de maneira que o educando tivesse o seu aprendizado contextualizado e interdisciplinar. Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEJA Cleonice Miranda da Silva (MATO GROSSO;

2009), essa forma de oferta era organizada por trimestres, em 68 dias letivos, sendo que cada trimestre correspondia à carga horária anual de uma área do conhecimento. Assim, eram necessários três trimestres anuais, somando no mínimo 800 horas e 200 dias letivos, para a conclusão de um ano letivo. É importante destacar que era facultativo ao estudante matricular-se em duas áreas concomitantes em turnos diversos, podendo concluir até duas fases em um mesmo ano. A aprovação por área de conhecimento garantia ao estudante a possibilidade de prosseguimento de seus estudos, mesmo que sua trajetória apresentasse períodos de afastamento da escola. Essa era uma das vantagens dessa forma de oferta, que buscava minimizar a evasão escolar, já que representava uma possibilidade para que o educando avançasse nos estudos em menor tempo, caso pudesse frequentar a escola em mais de um período.

Outra forma de oferta é a “Matrícula por Disciplina”, também chamada de “Carga Horária Etapa”. Na implantação do CEJA, ela era destinada apenas aos educandos que precisavam cursar algumas disciplinas pendentes de Exames Supletivos, ou ainda para alguns jovens e adultos trabalhadores que não poderiam frequentar a escola em tempo convencional. O educando era atendido por agendamento, conforme a matrícula da disciplina, devendo cursar o total de carga horária estabelecida na Matriz Curricular dessa forma de oferta. O CEJA disponibilizava horários para atendimento deste educando trabalhador, conforme a disponibilidade dos horários dos professores em suas referidas disciplinas. Era exigido como critério para a Matrícula por Disciplina a comprovação da impossibilidade de frequentar diariamente as aulas, como por exemplo, os casos de caminhoneiros, guardas-noturnos, vendedores, etc.

É interessante ressaltar que este tipo de matrícula era permitido desde que comprovada a impossibilidade de frequentar a escola, pois o Centro priorizava a Matrícula por Área de Conhecimento, por sua metodologia interdisciplinar com melhor aproveitamento para o educando. Essa forma de oferta, inicialmente, foi um desafio para os educadores que deveriam atender estes educandos apenas nos horários que eles tinham condições de frequentar a escola.

A Matrícula por Disciplina sofreu algumas alterações durante os anos posteriores à implantação dos CEJAs, a partir das quais os educandos eram atendidos juntamente com as turmas matriculadas por área de conhecimento, apenas nos dias de oferta das disciplinas em que o educando estava matriculado. Dessa maneira, reduzia-se as despesas com contratação de professores específicos para atendimento diferenciado na forma de agendamento, tal como idealizado inicialmente.

Desde o início da proposta pedagógica do CEJA, o Exame Supletivo *on line* está presente. Nessa forma de oferta, o candidato não necessita estar matriculado no CEJA para a realização dos exames com certificação de ensino fundamental e médio. A inscrição e o

agendamento da avaliação são realizados no *site* da SEDUC pelo próprio candidato interessado em obter a conclusão dos estudos. As avaliações são disponibilizadas por um banco de dados de provas preparadas por grupos de educadores dos CEJAs do estado, as quais ficam disponíveis no momento da realização dos exames supletivos, conforme aponta o PPP do CEJA Cleonice Miranda da Silva (MATO GROSSO, 2009).

A princípio, esse trabalho de elaboração de provas era realizado em parceria com outros CEJAs e organizado em um banco de dados. Posteriormente, em 2013, 2014 e 2015, foi indicado apenas um grupo de educadores do CEJA Vera Pereira do Nascimento, de Cuiabá. A partir de 2016, a escola responsável por esse trabalho passa a ser o CEJA Educador Antônio Cesário de Figueiredo Neto, também localizado em Cuiabá.

Outra forma de oferta implantada no CEJA Cleonice Miranda da Silva e em apenas mais três municípios do estado de Mato Grosso (Cuiabá, Várzea Grande e Juína) foi o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), com o objetivo de contribuir na formação do educando integrada à formação profissional. No entanto, desde o início de 2017, o PROEJA não é mais ofertado no CEJA de Colider. Alguns cursos estão em fase de término de atividades, como é o caso dos oferecidos nos CEJAs de Juína e Várzea Grande. Esse fato é mais um indicador do problema da descontinuidade das políticas públicas para a EJA.

3.1 Organização do trabalho pedagógico no CEJA: por uma Educação de Jovens e Adultos

O atendimento ao educando através da matrícula por Área de Conhecimento foi a forma de oferta com maior número de matrículas no CEJA Cleonice Miranda da Silva em seu período de implantação, com regime presencial e matrícula trimestral. O trabalho pedagógico era organizado em três áreas do Conhecimento: Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, a fim de propiciar a articulação entre as disciplinas com mesma carga horária dentro de cada área. Para isso, o ano letivo era dividido em três trimestres letivos, ou seja, um para cada área do conhecimento. A matriz curricular integrava 2.400 horas no ensino fundamental, tanto para o 1º segmento quanto para o 2º segmento. Essa carga horária era dividida em três fases anuais de 800 horas para cada ano letivo. Já no ensino médio, a carga horária perfazia um total de 1.800 horas, divididas em três fases anuais, sendo 600 horas cada ano letivo, conforme destacado na Regra de Organização Pedagógica (ROP), em 2009, documento de orientação da SEDUC aos CEJAs. Ressalta-se que para o 1º segmento do ensino fundamental e para o curso técnico do PROEJA era ofertada a matrícula anual e não trimestral, no entanto, a organização pedagógica permanecia organizada por área de conhecimento.

As Orientações Curriculares (OCs) das Diversidades Educacionais para a educação básica de Mato Grosso destaca que:

O reconhecimento de tempos e espaços indispensáveis aos aprendizados de sujeitos de EJA é um dos principais sustentáculos dos Centros. Sua estrutura pedagógica apresenta várias formas de atendimento, favorecendo múltiplas possibilidades de acompanhamento e intervenção pedagógica junto aos educandos, tais como aulas nas turmas de origem, atendimento individualizado em plantões de educadores, oficinas pedagógicas e aulas culturais. (MATO GROSSO, 2010, p. 214).

Observa-se que nas OCs, além do reconhecimento da especificidade dos sujeitos da EJA, considerando o tempo e espaço necessário e adequado a esse perfil de educando, há o destaque da estrutura pedagógica dos CEJAs, com suas várias formas de atendimento, favorecidas pelas diversas possibilidades de acompanhamento pedagógico. Ou seja, a carga horária das aulas era distribuída em aulas coletivas nas Turmas (TO – Turma de Origem), oficinas pedagógicas, aulas culturais e plantões pedagógicos. As aulas coletivas (TO) eram trabalhadas em três dias da semana, com conteúdos significativos, estabelecendo conexões com a realidade do educando. Os outros dois dias da semana eram utilizados para a realização das oficinas pedagógicas e plantões pedagógicos, em que os educadores trabalhavam com as dúvidas dos educandos, totalizando os cinco dias letivos semanais. Atualmente, com a exclusão da oferta por área de conhecimento, essa organização pedagógica já não é mais ofertada aos educandos dos CEJAs.

As aulas culturais eram trabalhadas transdisciplinarmente com todas as Áreas do Conhecimento, num processo de elaboração do saber voltado para a compreensão da realidade, através da metodologia de projetos, seminários, gincanas, festivais, etc. Durante a semana eram destinadas duas horas para este trabalho, sendo que o mesmo deveria culminar aos sábados, conhecidos como “sábados culturais”, momentos coletivos de interação da comunidade escolar. Esta proposta foi viabilizada apenas nos anos iniciais de implantação da proposta pedagógica, que mais uma vez foi descaracterizada e dissolvida pela SEDUC/MT ao longo dos anos seguintes.

Conforme o Projeto Político Pedagógico do CEJA Cleonice Miranda da Silva (MATO GROSSO, 2009) desde a implantação da proposta pedagógica, as atividades da escola deram destaques aos interesses e necessidades dos educandos. Todas as ações eram previamente planejadas pelos educadores nas reuniões da área de conhecimento em consonância com a proposta pedagógica já desenvolvida nas Turmas de Origem. As atividades abordavam desde questões sociais de abrangência estadual e/ou nacional até questões referentes à organização social do município, considerando que o atendimento por área de conhecimento era viável e produtivo em decorrência da possibilidade de buscar a interação e a construção do conhecimento através da interdisciplinaridade.

4. Modificações no tempo de duração, idade mínima e suas consequências nos CEJAs

Entre 2008 e 2010, a proposta curricular do CEJA sustentou o objetivo de superar a visão compensatória ou de “aligeiramento” nos cursos de EJA, respeitando a carga horária estipulada no Programa de EJA do estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução nº 177/2002, que determinava 2.400 horas, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio a ser cursado em três anos letivos ou três fases anuais. Porém, com a publicação da Resolução 03/2010, do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes para a redução da idade mínima de ingresso na EJA no Brasil, bem como do tempo de duração dos cursos, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso editou a Resolução nº 05/2011/CEE/MT, reduzindo a carga horária dos cursos de EJA para 1.600 horas no ensino fundamental, e para 1.200 horas no ensino médio, a serem ofertados em apenas dois anos letivos, apesar das manifestações contrárias e da insatisfação manifestada por educadores e educandos representados pelo Fórum Permanente de Debates da EJA de Mato Grosso (FPDEJA/MT).

Conforme justificativa apresentada nas Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais, “com a redução do tempo de permanência dos educandos nos cursos, espera-se que se amplie a procura do candidato às escolas de EJA, ou aos Centros, caso de Mato Grosso” (MATO GROSSO, 2010, p. 220). Observa-se, aqui, a preocupação com o ingresso do educando, porém não com sua permanência. A SEDUC acreditava que o “aligeiramento” dos cursos ampliaria o número de educandos. Isso, porém, não se comprovou nos anos posteriores, ou seja, não houve aumento da demanda de educandos no CEJA Cleonice Miranda da Silva em função da redução da carga horária ofertada nos cursos, tampouco a evasão escolar foi sanada, conforme estudos já realizados pelos profissionais da escola, e que foram, inclusive, debatidos durante a formação continuada, através do Projeto Sala de Educador (PSE) desta unidade escolar.

Com a aprovação das Resoluções do Conselho Nacional de Educação, de 2010, e do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, de 2011, apontadas acima, a matrícula do educando para o Ensino Fundamental passou a exigir a idade mínima de 15 anos, no ato da matrícula, podendo ser realizada a qualquer momento do ano letivo, e a matrícula do ensino médio com exigência de 18 anos de idade.

Estas resoluções alteraram o funcionamento e organização da proposta pedagógica dos CEJAs em decorrência, principalmente, da redução da carga horária, que foi se modificando, gradativamente, no interior das escolas que atendiam à proposta pedagógica. Inclusive, houve alteração na distribuição da carga horária destinada ao trabalho pedagógico do educador e sua formação em serviço, através da redução da carga horária de trabalho do educador contratado, pois ele já não mais atribuía toda a sua jornada de trabalho apenas no

CEJA, como previsto na proposta inicial. Além disso, a carga horária atribuída ao professor em sala de aula foi ampliada, provocando a redução de tempo para a sua formação continuada em serviço, devido à falta de recursos financeiros para a modalidade.

Os recursos financeiros para a EJA em Mato Grosso foram escasseando, conforme afirma Mello (2014, p. 98), já em seu terceiro ano de atividades, fato que comprometeu a expansão da política em um número mais significativo de municípios e a execução das ações instituídas nos CEJAs em funcionamento.

A ausência de políticas públicas mais efetivas conduz, conforme explicam Ireland, Machado e Paiva (2004, p. 20), à fragmentação, dispersão e descontinuidade dos programas de EJA, configurando-se como programas de governo e não como políticas de Estado. Nessa mesma linha de raciocínio, Mello (2013b) ressalta que:

A educação de adultos precisa ser assumida como política de Estado para encontrar o seu lugar e o seu espaço, para deixar de ser forjada pela sociedade civil. Apesar da demanda por esta modalidade continuar a crescer, ela continua à margem, sempre subsidiada por programas e projetos intermitentes, insulares, atomizadores. Suas políticas são realizadas aos saltos, fragmentadas e impulsionadas pelos ciclos governamentais (MELLO, 2013b, p.238).

A situação das políticas de EJA no estado de Mato Grosso, e, mais especificamente dos Centros de Educação de Jovens e Adultos, pode ser interpretada a partir dessa perspectiva, uma vez que, além de ocupar um lugar secundário nas políticas educacionais, diante da falta de vontade política dos governos, são atribuídos à modalidade recursos insuficientes, que comprometem a sua oferta nas escolas. Ou seja, a política pública pensada inicialmente para os CEJAs se distanciou daquilo que foi planejado, pois articulava-se uma proposta pedagógica inovadora, através de suas formas de oferta diferenciadas, porém, foi prejudicada por fatores políticos e ideológicos. Mello (2013b) destaca em sua pesquisa que:

a realidade observada não apenas no interior dos CEJAs, mas nos desdobramentos das políticas pensadas para a EJA em Mato Grosso, permitiu intuir que fatores políticos, sociais e ideológicos, externos e internos, distanciaram o que havia sido idealizado das ações efetivadas, e os CEJAs funcionaram apenas parcialmente, em face ao que havia sido idealizado. Também que estes fatores ainda não comportaram a modalidade se efetivar como política pública de Mato Grosso. Portanto, as ações do governo continuam fragmentadas, desarticuladas e pontuais (MELLO, 2013b, p. 227).

A tônica dominante das políticas públicas para a EJA é a da educação compensatória e “aligeirada”, entendida por governos neoliberais como aquela que melhor se adequa às características dos educandos da modalidade, ao invés de pautar-se em uma educação voltada para os princípios humanos, libertadores e emancipatórios, conforme defende Freire (1987, 1996). Nessa perspectiva:

Um dos resultados dramáticos, da combinação entre um mundo mergulhado no neoliberalismo e o avanço do direito à educação, tem sido a frustração diante da constatação de que os esforços por colocar a EJA na agenda dos governos não resultaram em avanços significativos. Tanto no Brasil, quanto no mundo, o número de analfabetos jovens e adultos diminui lentamente e os avanços na escolaridade desse grupo são tímidos. O dilema talvez resida justamente na consequência maior

das políticas neoliberais: o aprofundamento das desigualdades sociais, cenário em que os potenciais educandos da EJA não poderiam mesmo ver seus direitos realizados (DI PIERRO e HADDAD, 2015, p.199).

Atualmente, o estado de Mato Grosso continua com a oferta da EJA nos CEJAs, bem como nas escolas estaduais que ofertam a modalidade, porém, a organização e funcionamento da política de oferta instituída no início da implantação dos CEJAs foi modificada ao longo desse processo, sem esclarecimentos e discussões públicas, contrariando os anseios de uma política voltada aos interesses dos educandos jovens, adultos e idosos. O argumento de que não há demanda suficiente para sustentar a proposta dos CEJA não procede, uma vez que as características dos sujeitos que procuram a modalidade são e precisam ser entendidas como muito diversificadas. Mello (2014) afirma que:

Havia e ainda há demanda. Os CEJAs implantados não são suficientes para atendê-la. As demais escolas que ofertam esta modalidade, o fazem apenas no período noturno, portanto ainda há muitos trabalhadores de jornadas noturnas, com disponibilidade para estudar apenas durante o dia, sem oportunidade de se escolarizar em Mato Grosso (MELLO, 2014, p. 101).

A proposta pedagógica dos CEJAs foi alterada sob a pressão de restrições orçamentárias e procedimentos burocráticos. As modificações introduzidas nesse contexto desrespeitaram os princípios que orientavam a oferta da EJA com qualidade que estavam presentes em sua proposta original. As marcas da descontinuidade, do “aligeiramento”, da insuficiência de recursos, da despreocupação com a formação de educadores para a modalidade, entre outras, fixaram-se no cotidiano dos Centros desprezando o princípio básico do diálogo e ignorando as opiniões daqueles que vivenciavam ou vivenciam a proposta pedagógica dos CEJAs e que insistem em debater suas opiniões no Fórum de EJA de Mato Grosso.

5. Considerações Finais

O processo inicial de implantação da proposta pedagógica dos CEJAs sinalizou para possibilidades até então não experimentadas em relação à Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso. Um fator importante relacionado a essa situação pode ser identificado na estreita sintonia que foi estabelecida entre a proposta inicial de organização e funcionamento do CEJAs e os anseios dos profissionais da EJA em Mato Grosso. Os momentos coletivos de discussão da proposta dos CEJAs viabilizaram a exequibilidade de uma metodologia interdisciplinar, que respeitava as especificidades e necessidades formativas dos educandos da EJA.

No entanto, modificações significativas nesta proposta inicial foram introduzidas em um curto período de tempo, fato avaliado como marca do retrocesso. Um dos exemplos desse retrocesso pode ser encontrado na redução do tempo de duração dos cursos para a EJA, interpretado, aqui, como mecanismo de “aligeiramento” dos cursos, mas que foi considerado

pela SEDUC/MT como única proposta viável para os educandos da EJA. Outro exemplo de retrocesso pode ser encontrado na extinção da forma de oferta por Área de Conhecimento, a qual buscava uma metodologia interdisciplinar para a aprendizagem significativa, permanecendo somente a “matrícula por disciplina” ou “carga horária etapa” como forma de oferta nos CEJAs.

É importante ressaltar que a criação dos CEJAs, em Mato Grosso, bem como sua implementação, se deu em função do comprometimento político de um grupo de profissionais que atuavam na Coordenadoria da EJA/SEDUC/MT, com o apoio de educadores de jovens e adultos que já atuavam na modalidade e no Fórum de EJA mato-grossense, no entanto, as alterações na organização e funcionamento dos CEJAs foram sendo realizadas e introduzidas sem diálogo com os profissionais que atuam nas escolas.

As modificações inseridas reforçam a percepção de que políticas públicas para a EJA são relegadas ao segundo plano, em virtude do desprezo destinado por diferentes esferas de governo à proposta pedagógica originalmente definida para os CEJAs e suas formas de oferta. Em Mato Grosso, ao invés de assumir o compromisso com uma política de Estado, que deveria dar continuidade ao processo existente de oferta com qualidade na EJA, a política da gestão de um novo governo passou a menosprezar a modalidade, não consolidando a estrutura, a organização e o funcionamento dos CEJAs.

Assim, o propósito de implantação dos CEJAs como uma política de Estado não foi cumprido, pois com a mudança de governo houve alterações na proposta pedagógica, e em sua gestão, ferindo os princípios das Orientações Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso, criada para atender à especificidade da modalidade, tendo em vista a garantia do direito público subjetivo dos sujeitos educandos. É importante reafirmar a necessidade de existência dos CEJAs e de retomada de sua proposta original. Esses Centros mantêm-se em funcionamento há uma década e foram criados a partir do compromisso com a Educação Popular, em um processo que envolveu, dialeticamente, muitas reflexões teórico-práticas que resultaram em uma proposta que priorizou a modalidade. No entanto, os retrocessos advindos da política de EJA no estado de Mato Grosso comprometeram o acesso de pessoas jovens, adultas e idosas a um direito subjetivo, adquirido na legislação vigente.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Elismar Bezerra. ***Uma escola para os trabalhadores:*** o caso do Núcleo de Educação Permanente em Colider. Cuiabá: EdUFMT, 2017.

BIGNARDE, Kleber Gonçalves. ***Educação de Jovens e Adultos:*** Reflexão sobre as práticas pedagógicas e os processos avaliativos. Revista de Educação do Vale do Arinos, v. 2, n. 2, p. 129-144, jul./dez. 2015.

BOFF, Leonir Amantino. **As políticas públicas de EJA no Estado de Mato Grosso 1991/2001**: internalidade e diálogos com o mundo da vida dos jovens e adultos. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BOGNAR, Ivana. **O percurso formativo de educadores de jovens e adultos em Colider/MT (1982/2009)**. Cuiabá, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. *Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000, do Conselho Nacional de Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. *Resolução nº 03/2010, do Conselho Nacional de Educação*. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE003_2010.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. **Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio**: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cadernos Cedes*, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago. 2015.

FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos**: passado de histórias; presente de promessas. In: RIVERO, José; FÁVERO, Osmar (Org.). *Educação de Jovens e Adultos na América Latina*: direito e desafio de todos. São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2009. p. 55-92.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IRELAND, Timothy; MACHADO, Maria Margarida; PAIVA, Jane (Org.). **Educação de jovens e adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: UNESCO/MEC, 2004, p. 95-108.

MATO GROSSO (Estado). *Resolução CEE/MT nº 137/1991*. Cuiabá: SEDUC/MT. 1991.

_____. *Resolução CEE/MT nº 180/2000*. Disponível em: <<http://www.cee.mt.gov.br/wmmostramodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. *Resolução CEE/MT nº 177/2002*. Disponível em: <<http://www.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. *Decreto nº 1.123, de 28 de janeiro de 2008*. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/7302470/pg-1-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-doemt-de-28-01-2008>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. *Decreto nº 1.988, de 10 de junho de 2009*. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/buscanova/#/p=1&q=decreto%201988&anos=2009>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. *Projeto Político Pedagógico do CEJA Cleonice Miranda da Silva*. Colider/MT. 2009.

_____. *Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais*. Cuiabá: Defanti. 2010.

_____. *Resolução CEE nº 05/2011*. Disponível em: <<http://www.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. *Regras de Organização Pedagógica (ROP)*. Disponível em: <<http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanente/Arquivo/ROP%202017%20CEJA%20redu22657943846216.pdf>> Acesso em: 10 set. 2017.

MELLO, Ângela Rita Christofolo. **A política educacional de jovens e adultos e o processo de implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso (2008/2011)**. Tese (Doutorado em Educação) - UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), 2013a.

_____. **A implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso (2008/2011): adaptabilidade e conformação social**. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 225-240, jul./dez. 2013b.

_____. **A centralização dos Centros de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso**. *Revista de Educação do Vale do Arinos*, n. 01, v. 1, p. 94-109, 2014.

MOURA, Jefferson Bento. **Fórum de EJA Mato Grosso: caminhos iniciais, lutas e conquistas**. Cuiabá, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.